

CORTESIA

IFCH - UNICAMP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Sumário

Os movimentos sociais urbanos.

Reivindicações fracionadas e construção de
novos paradigmas 3

Cidade e movimentos sociais: algumas

reflexões sobre questões conceituais..... 11

Uma leitura da Eco-92. Novas práticas e

novas matrizes discursivas? 29

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header, which is mostly illegible due to blurring and fading.

Handwritten text along the right edge of the page, appearing as a vertical column of characters or symbols.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS. Reivindicações Fracionadas e Construção de Novos Paradigmas

Arlete Moysés Rodrigues
Dept^o de Sociologia do IFCH

Num período em que os movimentos sociais parecem estar em refluxo, qual o significado da expressiva participação no Forum Global - paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento? Qual é o sentido, ainda, da AQB analisá-los, num Encontro Nacional que debate a Democracia e (des)ordem mundial? Abordo aspectos sobre estas questões.

Caracterizo os Movimentos Sociais, como manifestações dos conflitos de classes ou de camadas de classes, que reafirmam (os de acordo com o "status quo") ou contestam a ordem estabelecida (os contestatórios ou populares) na concentração da riqueza e distribuição da pobreza e do poder⁽¹⁾. Manifestações estas que, da mesma forma que o Estado e o Capital, politizam o espaço na cidade e provocam - ou tentam - modificações nesta concentração e distribuição inerentes ao próprio processo de politização.

(1) Caracterizo sem conceituar ou definir, porque considero que as conceituações não dão conta da complexidade destas formas de manifestação da Sociedade Civil.

Os movimentos sociais realizam um processo de des-sacralização do espaço político - parlamentos, partidos -, de enfraquecimento do papel das "intelligentia" - conjunto de pessoas instruídas que servem como mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e estes⁽²⁾. Explicitam-se não ao nível de uma comunidade política (partidos, parlamento) mas dos próprios problemas sociais, que aliás não penetra na universidade a não ser como um problema de categoria do pensamento. É o movimento da sociedade que tem trazido a realidade para academia⁽³⁾.

Assim, o debate deste tema neste Encontro é relevante para compreender o processo atual dos movimentos sociais, e suas tentativas de alterar a (des)ordem. O território da cidade é o lugar privilegiado da expressão dos movimentos sociais. Onde podem obter visibilidade pública e política: praças, pátios, ruas são lugares de manifestação, seja qual for a reivindicação: campo e cidade, gênero, de etnia, de idéias, de categorias profissionais.

Os movimentos sociais expressam unidades na própria diversidade. Unidade pela emergência de atuação de novos sujeitos sociais, nova forma de fazer política. Unidade pela dessacralização da política, pelas estratégias - usualmente de esquerda - e diversidade pelas formas de organização e expressão e pelo que buscam obter o que se convencionou chamar de "finalidade do movimento".

As estratégias da esquerda - forma de organização em eventos e manifestações coletivas - foram também apropriadas pelos movimentos de direita, que tradicionalmente expressavam-se pela pressão na "ante-sala" do parlamento (os Lobbies). No Brasil, o exemplo mais conhecido é o da UDR - União Democrática Ruralista, re-

(2) No II Simpósio de Geografia Urbana apresentei "Algumas Reflexões Sobre as Questões Conceituais dos Movimentos Sociais Urbanos" - Rio Claro - SP - AGB.

(3) Buarque, Cristovam " A Interação Universidade/Sociedade/natureza" in V SNUMA - Belo Horizonte - MG. Abril de 1991.

representante dos grandes fazendeiros, na época da elaboração da Constituição em 1988, que "ocupou" as proximidades do parlamento para fazer pressão contra as propostas de Reforma Agrária.

Para os movimentos que de algum modo contestam a ordem estabelecida, as formas de organização explicitam-se nas cooperativas, nas Sociedades Amigos de Bairros, Grupos de Mulheres, de Negros, em ONGs, redes de solidariedade e inclusive em alguns partidos políticos, que têm comissões de Movimentos como os assinados. Correspondem, grosso modo, às manifestações dos setores explorados e/ou dominados. Centramos nossa reflexão sobre estes, pois consideramos, como Lipietz, que estes abolem (ou tentam abolir) a ordem real - pelo menos ao nível do simbólico - das coisas ao questionar as formas de distribuição da riqueza e da pobreza(4).

São vários os recortes com que os movimentos sociais ganham visibilidade - ou são analisados -, na maioria das vezes, relacionados aos "objetivos" ou à composição dos integrantes. São assim denominados: reivindicativos - quando buscam a obtenção de um proveito territorial direto e específico: casa ou terreno para morar, formas de abastecimento de luz, água, construção de creches, escolas, hospitais, etc. - e de movimentos libertários, que buscam a transformação das idéias (os de gênero, de etnias, ecológicos, etc.).

Evidentemente os movimentos ditos reivindicativos ao contestarem a concentração da riqueza e do poder e a distribuição da pobreza também contestam as idéias dominantes. Da mesma forma, os movimentos ditos libertários contestam não só as idéias como a concentração da riqueza e do poder expressos também territorialmente. Exemplos: os de gênero contestam a concentração de poder e as formas de dominação de um gênero sobre o outro na sociedade, no trabalho, na casa. Os ecológicos/ambientalistas contestam as formas de apropriação

(4) Lipietz, Alain - As crises do Marxismo - In Novos Estudos Cebrap - julho de 1991.

e (destruição) da natureza que expressam a propriedade (e domínio) de uns poucos sobre o território e sobre a produção da riqueza e da pobreza. Politizam o espaço das idéias no espaço territorial.

A unidade dos Movimentos Sociais pode também ser expressa pelo fato de ser o Estado o interlocutor privilegiado. Estado que é ao mesmo tempo provedor e inimigo. Provedor porque será através de suas instâncias que se pode obter o atendimento das necessidades materiais - casa, luz, água e transformação de idéias - novos direitos, legislação e fiscalização. É o Estado que regulamenta as formas de apropriação do uso do solo, da riqueza, as relações de trabalho - desde os salários até as organizações sindicais e sua relação com o patronato.

Os movimentos sociais dirigem-se ao Estado buscando a publicização dos equipamentos e meios de consumo coletivo. Na hegemonia neoliberal esta interlocução é, no mínimo, contraditória. O Estado passa do Estatal para o Privado e os movimentos buscam a publicização. A contradição expressa-se por ter como interlocutor privilegiado o Estado neoliberal. Ao estabelecerem essa interlocução os movimentos buscam mudanças nas relações de poder estabelecidas. Buscam, também, a mudança na direção política, propondo que as organizações populares "para obter suas reivindicações imediatas, conquistem governos que representem seus legítimos interesses"⁽⁵⁾. Evidentemente, ocorrem, na conquista de governos, outras contradições entre poder local e nacional. Demonstam, no entanto, mesmo que incipiente, uma tentativa de tornar hegemônica uma proposta política.

O sucesso da privatização, no Brasil, já atinge as áreas de serviços urbanos essenciais, como o abastecimento de água e esgoto. A privatização, além de ser mais uma área onde o "lucro" será apropriado, é também

(5) III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de San Pablo. (México - junho de 1991).

uma forma de retirar dos trabalhadores o conhecimento do processo de produção e distribuição (6).

A diversidade dos movimentos é caracterizável também pela fragmentação que pode ser expressa espacialmente. Cada comunidade de bairro, vila, se organiza em associações para obter meios e equipamentos de consumo coletivo. Como há sempre poucos recursos (dadas as prioridades estabelecidas) geram-se disputas e conflitos inter-associações. Há também disputas entre diferentes movimentos que buscam obtenção de aspectos distintos. Exemplo: Movimento de Ecologistas lutam pela preservação de determinadas áreas que os movimentos de moradia reivindicam para a ocupação. São embates onde território e idéias sobre as formas de ocupação são contraditórias e conflitantes. São embates qualitativamente diferentes dos que ocorrem entre estes movimentos e os setores dominantes da riqueza e do poder.

Na diversidade há, contudo, uma luta pela hegemonia. Muitas vezes expressa-se como se um e apenas um "agrupamento" fosse portador da verdade, dificultando o desaguar no mesmo estuário.

Porém, esta fragmentação, se não superada, tem sido, pelo menos, (re)pensada. As reivindicações específicas tem se ampliado para questões que podem alterar a concepção dominante. Ou seja, no processo - lento - de constituição dos sujeitos coletivos, busca-se obter mais do que um bem material imediato, procura-se modificar concepções éticas, relações econômicas e sociais que se expressam no movimento Feminino, Estudantil, Ecológico, dos Povos da Floresta, pela Reforma Urbana, etc. Gesta-se um movimento histórico de novas formas de mobilização e participação. Como aponta Walter Benjamin:

(6) A participação do Comando Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Águas, Esgotos e Meio Ambiente, junto com Movimentos Populares no Fórum das ONGs e os documentos elaborados pelos mesmos são um demonstrativo da importância do conhecimento dos trabalhadores do processo.

"As pressões que a vida moderna impõe ao homem são tais que a mera sobrevivência exige forças superiores às dos personagens de Homero"⁽⁷⁾.

O que não podemos dizer então da constituição de sujeitos coletivos, que além de sobreviverem desenvolvem novas utopias, lutam por novos direitos?

Este processo de constituição de novos sujeitos coletivos e de uma unidade da diversidade dos movimentos sociais, tem sido expressa por um conjunto de "iniciativas" tais como: Criação do Conselho Curador do FGTS com representação das Centrais Sindicais, Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Constituição do Fundo Nacional de Moradia, etc. Incorporando novas abordagens sobre a questão urbana, organizou-se nacionalmente, desde 1988, o Fórum Nacional da Reforma Urbana, cujo pressuposto é a real democratização que socialize o direito à cidade, entendida como o espaço político por excelência do exercício da cidadania⁽⁸⁾.

A visibilidade política mais ampla e mais recente ocorreu no Fórum Internacional das ONGs. O movimento Brasileiro da Reforma Urbana introduziu a questão urbana ausente na CNUMAD e nos debates iniciais das ONGs.

A unidade da diversidade foi expressa na Imprensa apenas como uma grande festa, mas que no real caracteriza uma diversidade de propostas todas elas com ênfase numa nova forma da Sociedade se relacionar entre si e com a Natureza.

Contrapondo-se publicamente e explicitando para os Governantes reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que estava-se atento para os acordos, tratados, e cartas de intenções, demonstra, a nível internacional, uma nova forma

(7) Rouanet, S. Paulo - FSP - 12/7/92 - Trecho da Conferência sobre Walter Benjamin - Porque o Moderno Envelhece Rápido?

(8) A Cidade - in Meio Ambiente e Desenvolvimento - Uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros - Fórum das ONGs brasileiras - Rio de Janeiro - 1992.

de organização da sociedade civil organizada e, ao mesmo tempo, que há a permanência do Estado como interlocutor.

Mas a forma de organização para além dos Estados é o novo desta constituição de novos sujeitos coletivos. As propostas específicas dos Movimentos Populares e ONGs foram concretizadas nos Tratados. Até a data de hoje apenas Estados Nacionais assinavam entre si Tratados. Assim, permanências e mudanças significam a atuação internacional dos novos sujeitos coletivos na dessacralização da política. A escolha do lugar público também demonstra a estratégia de esquerda acima referida.

Uma (de)sordem mundial contestada por Movimentos Sociais e ONGs Brasileiras e Internacionais. A diversidade das propostas - foram mais de 20 os tratados assinados - não significam simples fragmentação mas a diversidade de problemas que atingem a humanidade neste final de século XX, que (re)descobriu o espaço/território.

A unidade expressa no Fórum Global está relacionada à descoberta que o Desenvolvimento Capitalista - ou do modo industrial de produzir - e significa, ao mesmo tempo, produção de riqueza material - para a minoria - e destruição ambiental e disseminação da pobreza para a maioria - . Se no atual momento a destruição ambiental pode atingir a todos - destruição da Camada de Ozônio, Efeito Estufa, Chuvas Ácidas -, na cotidianidade: poluição do ar, da água e do solo, tem atingido preferencialmente aos cidadãos mais explorados e espoliados.

Os Movimentos Sociais urbanos compreendem, mesmo que de forma incipiente, o processo contraditório do "desenvolvimento", seja ele chamado de Sustentável ou não. Participam junto com outros movimentos, da elaboração de propostas gerais, mantida a diversidade das reivindicações.

A unidade, dos Movimentos Sociais Urbanos constitui o Movimento Nacional pela Reforma Urbana⁽⁹⁾. Ca-

(9) A reforma Urbana - ONGs Brasileiras - op. cit. E o Tratado da Questão Urbana.

racteriza-se pela compreensão das questões dos "cidadinos" como decorrentes dos mecanismos específicos do Circuito Imobiliário Urbano como parte integrante do Modo Capitalista de Produzir, assim como os problemas dos camponeses e os problemas ambientais que atingem a todos.

Merece destaque que o Forum Internacional da Reforma Urbana, contou com a participação mais expressiva - no Forum Global - de movimentos populares, não só como ouvintes, mas como expositores de suas experiências organizativas.

Há um novo estuário conjuntural onde os movimentos sociais - sejam eles sindicais, de bairros, de técnicos - se unem para a conquista de novos direitos sociais. Este estuário é a questão ambiental, é a metáfora espacial desvendada na construção de um novo paradigma.

A organização dos Movimentos Sociais tem propiciado o início de um processo de desfeticização e de desalienação. Tem propiciado a elaboração de novas matrizes discursivas. Trata-se da constituição de novos sujeitos coletivos que não estão em processo de refluxo - como se fossem separados da sociedade que os gesta - mas até pelo contrário, explicitam o movimento histórico da sociedade, da dessacralização da política e do redimensionamento das suas formas de expressão, desmistificando o paradigma do desenvolvimento científico e do progresso tecnológico como solução para todos os males e também de que há lugares exclusivos para a atuação política.

CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS: Algumas Reflexões sobre Questões Conceituais

Arlete Moysés Rodrigues
Deptº de Sociologia do IFCH

Considerar a dinâmica dos Movimentos Sociais na cidade abre um leque de alternativas para o debate. Tratarei, nesta exposição, de alguns aspectos conceituais considerando que o tema é muito complexo para ser esgotado em uma exposição.

Entendo que os Movimentos Sociais, da mesma forma que o Estado e o Capital, politizam o espaço. Considero, ainda, a cidade, não apenas o lugar privilegiado da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho mas também o lugar privilegiado da visibilidade política dos movimentos sociais, enfim o lugar privilegiado de todas as manifestações produtivas e culturais da sociedade.

Os movimentos sociais adquirem, desde seus primórdios, visibilidade na cidade. Seja porque a cidade é o local privilegiado da acumulação de capitais - onde se explicitam as contradições entre capital e trabalho -, seja porque é o lugar das concentrações: das edificações; da população dividida em classes e camadas de classes sociais; dos equipamentos e meios de consumo coletivos; dos fluxos e fixos, visíveis e "invisíveis". Enfim, a cidade é o lugar de expressão da pro-

(*) Trabalho apresentado no II Simpósio de AGB de Geografia Urbana
- SP - Rio Claro, 10/1991.

dução e consumo. É o lugar, não apenas do espaço geografizado pelas edificações, mas do espaço político, das relações sociais e econômicas.

Se de um lado o processo do desenvolvimento capitalista propicia e acelera a concentração urbano/industrial, de outro, será nesse lugar - o urbano - que as manifestações da sociedade civil ganham visibilidade pública e política. Pois como afirma Lefebvre:

" A cidade é a projeção da sociedade sobre um lugar... não é apenas uma ordem distante, de um modo de produção, um código geral, é também um tempo, vários tempos, ritmos" (Lefebvre, - 1976).

Assim a cidade contém, sem se reduzir a ela, uma ordem próxima que entre outras coisas se expressa como o lugar da visibilidade das reivindicações para minorar a exploração da sociedade sobre ela mesma (Rodrigues, A. M. 1988).

A importância da cidade nas manifestações pode ser expressa por alguns exemplos, de "origem" não urbana: O movimento dos Sem Terra do Estado de São Paulo fez em abril de 1988 uma caminhada de 200 km (de Limeira ao Centro da Cidade de São Paulo), passando por vários grandes centros urbanos para entregar suas reivindicações ao Governo do Estado, cuja sede é na cidade de São Paulo). Em Campo Grande - MS, são inúmeras as manifestações dos Sem Terra - a última foi o acampamento de setembro de 1991. Em Aquidauna, em setembro de 1991, os trabalhadores caminharam 3 dias, passando por vários centros urbanos, com ato público na cidade no último dia. Em Florianópolis, em 20/8/91, os trabalhadores sem terras de vários acampamentos ocuparam a sede do INCRA. No Rio Grande do Norte, no início de agosto deste ano, foi feita uma caminhada de 90 km, em três dias, em direção a Natal. São alguns exemplos que se multiplicam em todo o Brasil.

Caracterizo, sem definir - porque considero que definições não dão conta da complexidade desta forma de manifestação -, os movimentos sociais como manifestações organizadas da sociedade civil, que se explici-

tam, não a nível de uma comunidade política (dos partidos, do parlamento), mas dos próprios problemas sociais. Concorro com Corraggio, quando afirma que a ocorrência e a análise dos movimentos sociais, insere-se na possibilidade de reconhecimento de sua própria história dentro da história da sociedade e não separada desta como se fosse outra história, outra sociedade (Corraggio, 1989).

Constituem, os movimentos, um processo demonstrativo de uma dessacralização do político, um enfraquecimento do papel da "intelligentsia" - considerada como o conjunto de pessoas instruídas que servem de mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e estes - (Touraine, Alain, 1989)

Utilizam, diz ainda Touraine, estratégias políticas de esquerda. Tomam as ruas, as praças - ganham pela força de sua expressão numérica -, os gabinetes de vereadores, deputados, prefeitos, governadores e as instâncias federais. As manifestações ditas como de direita acabaram, também, por se apropriar das estratégias dos movimentos, como ocorreu com as manifestações da UDR - União Democrática Ruralista - que sendo contrária à Reforma Agrária, defendida pelos setores de esquerda, lotou as ruas de Brasília e o Congresso Constituinte, como forma de pressão.

Dentre as manifestações da sociedade civil há aquelas que representam interesses "específicos" de classe, buscam a permanência da situação econômica/social/política ou, no limite, pequenas modificações no aparato estatal. Buscam, assim, deixar intacta a estrutura da sociedade (como é o caso do "movimento" pela privatização ainda maior do Estado ou para que não ocorra a reforma agrária - UDR -, ou para que não ocorra a Reforma Urbana - MDU -). Em geral as reivindicações desses setores são entendidas como necessidades da nação, para gerar produção, emprego, etc. Não são analisadas como "necessidades" dos capitalistas, pois são tidas como lutas para manutenção de seus "direitos". A forma de expressão desses movimentos tem sido, quase sempre, através dos Lobbyes, sem eventos de manifestação, muito embora possam também apropriar-se das formas de manifestação das "esquerdas" como no exemplo acima (Congresso Constituinte e a UDR).

Há um segundo grande grupo que corresponde às manifestações dos setores explorados e/ou dominados (exploração econômica e dominação política); constituem os Movimentos Populares, que utilizam, via de regra, como forma de expressão, eventos e manifestações organizadas com amplas parcelas de "comunidades". Comunidades de iguais geradas pela pobreza ou mais explicitamente pela consciência das causas da pobreza. Alguns preferem denominá-los de movimentos reivindicativos urbanos. Como parte deste grupo, mas com especificidades, há também os movimentos pluriclassistas que buscam transformações, seja na esfera das reivindicações locais, seja na reivindicação de transformações em questões políticas mais gerais, seja em questões aparentemente específicas mas que colocam em questão a própria organização da sociedade e sua (re)produção espacial. Alguns preferem denominar este sub-grupo de movimentos sociais urbanos, incluindo-se aí também os chamados movimentos libertários e/ou de gênero, tais como os feministas, os negros, etc. Utilizo, assim, a denominação geral de movimentos sociais urbanos, considerando-os portadores de uma característica geral que é a explicitação dos novos sujeitos coletivos.

Expressa, este segundo grande grupo, a visibilidade política de sua organização, ao conquistar espaços territoriais - praças, ruas, gabinetes dos executivos e legislativos, antes inacessíveis à parcela de população que representa, dessacralizando a atuação de intermediários. Representa uma nova forma de fazer política.

Explicita-se territorialmente, como uma forma de participação da sociedade civil organizada na distribuição, ou na contestação, da riqueza e do poder. Esta forma de visibilidade é nova - da década de 60 -, expressando-se seja em Paris com as manifestações estudantis de 68 - com questões explicitadas na ótica do pensamento e que expandiu-se para o mundo, seja na Espanha e Portugal e na América Latina, com reivindicações relativas ao local de moradia e contra formas de opressão.

É a cidade o lugar privilegiado desta nova forma de organização. Trata-se do movimento histórico da so-

cidade, visibilizado em contradições e conflitos. Trata-se, como diz Laclau, de ao analisar estes movimentos de temporalizá-los e espacializá-los em uma compreensão do social como plural, fragmentado, instável e continente (in Paoli, 1991).

Penso ser importante para compreender a diversidade dos movimentos sociais, analisar, tanto os que tem um território - um lugar - de organização definido, ou seja, os que lutam por questões possíveis de serem territorializadas: por luz, água, posse da terra, moradia, transporte, pela preservação da memória da cidade ou de aspectos da natureza, pela reforma agrária, pela reforma urbana, etc. como os que lutam por questões não passíveis de serem territorializadas, que expressam questões mais gerais, mas que também explicitam-se no território da nação, da cidade, como as dos negros, dos homossexuais, das mulheres, do custo de vida, pelas Diretas, da nova ética na relação sociedade e natureza, entre outros.

A análise desta diversidade pode permitir compreender as formas complexas pela qual a produção espacial da cidade (e da sociedade) ocorre. Dar conta de que um movimento popular reivindicativo ao lutar, por exemplo, por água e luz interfere na produção da cidade, alterando inclusive, quando vitorioso, o preço da terra, é dar conta também de que as lutas pela mudança de legislação do uso do solo é ao mesmo tempo, produto, interferindo a médio prazo nesta produção. Entender, assim, a dinâmica de cada movimento e a dinâmica histórica da sociedade na produção do espaço urbano é tarefa fundamental.

Na última década a sociedade civil, além (ou quem sabe a partir) das reivindicações específicas, tem-se organizado em movimentos que buscam obter mais do que um bem material imediato, procurando modificações nas concepções, na ética, nas relações econômicas e sociais, que não se reduzem ao que se convencionou chamar de "movimentos libertários", como os movimentos feminista, estudantil, mas, pelo contrário, tem-se expressado nas questões da reforma urbana, nas manifestações anti-privatizações, nas questões ambientais, etc. Ou seja, um movimento histórico de novas formas

de mobilização e participação. Não significa que os participantes de um movimento passem "automaticamente" a se engajar no processo mais geral, mais sim, que a sociedade se manifesta com outras questões postas em evidência inclusive pelos movimentos denominados de reivindicativos.

Para alguns movimentos a expressão das "conquistas" ou do resultado da organização/mobilização pode ser explicitado no território - a urbanização de favelas, a posse da terra, a implantação de equipamentos coletivos, etc. a alteração da legislação possibilitando novas formas de uso do território, tais como os art. 182 e 183 da atual Constituição Brasileira que define a função social da propriedade e da cidade. Para outros é na diversidade dos tempos/ritmos e características das relações sociais, que explicitam-se as "conquistas". O território dos fixos será também "contemplado" por estes novos fluxos, tais como a construção de creches, considerada uma vitória dos movimentos feministas.

Obviamente, estamos tratando aqui de movimentos sociais organizados e não de eventos de protestos "espontâneos" que na sua forma mais usual tem se materializado em depredações, quebra-quebras de ônibus, de trens, saques, etc. Aliás, estas manifestações não encontram quem se "responsabilize" por elas (Sader, Eder, 1983). Constituem, estes eventos, um processo de desalienação individual que gera a revolta. Mas a organização, passa, necessariamente, por um processo de conscientização coletiva cuja forma de expressão não corresponde, apenas, aos eventos ou manifestações de protesto, mas que pode, de algum modo, ter sido influenciado por estes.

Os movimentos sociais apresentam-se, em geral, como descontínuos e desarticulados entre si. Porém, por mais espalhados que estejam, por mais fragmentadas que sejam as reivindicações, são portadores de um sentido global, que se difunde pela sociedade e não estão de modo nenhum delimitados em suas reivindicações específicas, numa história separada da sociedade a que pertencem.

A descontinuidade, os refluxos, a fragmentação não são atributos de uma dada forma de organização mas sim da sociedade em sua "finalidade", nominando-os desde reacionários a revolucionários. Aliás, finalidade de quem os estuda, pois para os participantes dos movimentos estas "finalidades" não estão em questão.

Aqueles que consideram reformistas ou reacionários a visão básica é que a revolução ocorre - apenas - a partir das transformações nas relações de produção, em rupturas bem demarcadas. Privilegiam, nas suas análises, a esfera do econômico "strito senso". Para estes, portanto, a transformação revolucionária só ocorre através de lutas nas fábricas ou no campo. Assim, chama-se de luta operária, luta camponesa a estas formas de organização e chama-se de movimentos reivindicativos, os movimentos populares urbanos, considerados, reacionários ou conservadores porque lutam para obter a casa própria, a luz, a água, etc... Pradilha por exemplo, considera só se a direção dos movimentos urbanos pela moradia - auto construção - estiver com o movimento operário poderá ser portador de um processo revolucionário (Pradilha, Emilio-1986). O movimento das mulheres também acaba sendo assim considerado, pois não haveria, segundo esta concepção, rompimento da exploração, sem o rompimento do modo de produção que propicia a dupla exploração da mulher - nas esferas pública e privada - . No entanto, o exemplo da sociedade cubana, onde o machismo é ainda imperante, mostra que não há uma relação unívoca entre a subjugação da mulher e o modo de produção.

Estas análises simplistas, e penso equivocadas, dos movimentos sofreram - e estão sofrendo - um processo de revisão, e são até consideradas "ultrapassadas", no bojo mesmo das crises dos marxistas (e não do marxismo) em fornecer uma resposta de convergência da pluralidade de sujeitos históricos.

Os movimentos sociais abolem a ordem real - pelo menos ao nível simbólico - das coisas, ao questionar as formas de distribuição da riqueza e da pobreza e do poder (Lipietz, A. 1991).

Ao considerar os movimentos sociais como "conservadores", por lutarem por condições dignas de vida,

estes analistas assumiram a concepção da direita que considera que a propriedade, por exemplo, da mercadoria "casa própria", transforma os seus "proprietários" em amigos da ordem estabelecida, como declarou o governo brasileiro, quando da criação do Sistema Financeiro da Habitação, em 1964

"o proprietário da casa se tornará um aliado da ordem e pensará duas vezes antes de se meter em arruaças".

Assim, equivocaram-se, por não compreender a complexidade da produção e do consumo e por definirem que ser proprietário de uma mercadoria - mesmo que "sui generis" como é a casa própria - tornaria os trabalhadores, proprietários dos meios de produção. Aliás, a luta pelo aluguel "justo" é mais ou menos "reacionária" do que a luta pela casa própria? A luta pelo pagamento de um aluguel "justo" também não perpetua as condições de existência, entre as quais a da propriedade? (Rodrigues, A.M. 1988).

Consideram, também, estes analistas, que a consciência, o processo de desalienação individual e sua coletivização só ocorre pela carência. Talvez, para estes, quanto mais "carentes", mais conscientes da exploração. Equivocam-se, duplamente, pois o processo de trabalho extenuante é alienador e, além disso, a carência - falta de um bem - tem implicado em mobilizações para superá-la e o processo de participação dos despossuídos nos movimentos, tem permitido, pelo menos para alguns, conhecer a realidade. Esquecem, também, muitos desses, que sua própria consciência foi obtida pelo conhecimento e não pela "carência".

Ao definirem uma finalidade para os movimentos, estes analistas, consideram apenas as questões objetivas de classe. No entanto, a constituição dos novos sujeitos coletivos corresponde às formas pelas quais a questão objetiva de classe é subjetivamente vivida e cotidianamente reelaborada (Sader, Eder 1988).

Não basta considerar, para analisar do que são portadores os movimentos sociais, que os integrantes de um dado movimento refluem quando atendida sua rei-

vindicação. É necessário, para compreender a dinâmica da sociedade, analisar todas as formas e a complexidade dessas manifestações. Sem o controle dos meios de comunicação de massa, os movimentos sociais difundiram-se pelo planeta, o que demonstra, pelo menos em princípio, o movimento histórico a que nos referimos anteriormente.

O que não refluí, são as novas formas de manifestação ao nível mais amplo da sociedade. Como diz Louraine, reelaboram cotidianamente as formas de fazer política, transformando assim a "ordem" estabelecida, pelo menos nesta dimensão.

Há aqueles que denominam que os movimentos são revolucionários, por serem pluriclassistas, por lutarem por condições melhores de vida e pela forma de organização. Conduziriam, assim, inevitavelmente, à democracia e ao socialismo. Para estes nada necessitaria ser feito, pois esta nova forma de fazer política seria revolucionária por si só. Não explicam, estes, porque ao obter o atendimento de uma reivindicação aquele movimento específico refluí, assim, como também não explicavam porque ao ser atendida uma reivindicação salarial um movimento operário específico também refluí. Esta análise privilegia apenas um grupo social como portador de uma nova "consciência" e proposta de sociedade e não a sociedade no seu devir histórico.

Não basta dar uma finalidade ao movimento para que possamos compreendê-lo em sua globalidade.

Trata-se, estas manifestações da sociedade civil, certamente, de uma revolta contra a ordem social, um movimento real que abole (ou pelo menos tenta), a distribuição de riqueza e da pobreza e principalmente do poder. Trata-se, sobretudo, da constituição de novos sujeitos coletivos. Sujeitos coletivos que se multiplicam enquanto formas de manifestação. Não são os movimentos portadores de uma nova proposta de sociedade, ou mesmo da constituição de alternativas de poder, mas podem e tem produzido novas formas de organização da sociedade

Considera-se, que os movimentos populares surgiram como uma forma de organização alternativa ao fechamento dos espaços aos partidos políticos e aos sin-

dicatos, tanto na América Latina como em parte da Europa. Não poderiam, assim, por lutarem por melhorias na qualidade de vida, ser considerados subversivos. E assim obtiveram possibilidade de constituírem e de expressarem suas reivindicações. Constituiriam um novo paradigma, por permitirem amplas formas de organização supra classes - pluriclassista - . De certa maneira é o que se tem colocado atualmente para os movimentos ambientalistas. Lutam pelo bem comum, como podem ser considerados subversivos, mesmo que explicitem novas formas de relação da sociedade com a natureza, contestando assim as atuais formas de organização da sociedade industrial?

Penso que, nas brechas da sociedade da "ordem e do progresso" constituíram-se os novos sujeitos históricos. Pois,

"cada uma das identidades que agem coletivamente revela-se simultaneamente como um "movimento" e um projeto cognitivo, de modo que sua articulação em uma mesma sociedade não parece mais vir de uma representação objetiva desta (já essencialmente construída), mas sim de esta sociedade poder ser visível, e conhecida, a partir de perspectivas específicas que a constituem como sentidos em conflito e, portanto, abertos e mutáveis" (Paoli, 1991).

Os movimentos sociais são manifestações dos conflitos de classe ou mesmo de camadas de classe, que contestam a ordem estabelecida na distribuição da riqueza e da pobreza, da ética e das relações de poder na sociedade. Constituem-se, no mais das vezes, como comunidades de iguais, que lutam coletivamente para a obtenção de um bem material. Neste processo constituem-se novos sujeitos coletivos. Mas não é possível nominá-los de revolucionários no sentido de "rompimento" brusco das relações estabelecidas (sentido comum do termo). É possível nominá-los de revolucionários, penso, no sentido que modificam cotidianamente a

consciência coletiva, que explicitam uma nova forma de fazer política.

Hartmut Karner, afirma que:

a "relevância e possibilidade histórica - dos movimentos sociais - estão baseados no fato de que mesmo sob condições difíceis podem contribuir com uma mudança de valores da sociedade" (Karner, Hartmut, 1987).

Penso que é esta a contribuição que deverá ser analisada e não apenas o que ocorre com cada um dos participantes de uma dada reivindicação, de um dado grupo em si. Como se a história de vida de cada um e de cada grupo não fizesse parte da sociedade que a gestou.

A organização dos setores sociais explorados e dominados nos movimentos populares tem demonstrado que o que era considerado na época do populismo uma "doação" do Estado aos "necessitados", é hoje considerado como a obtenção dos direitos. Não mais só a classe dominante reivindica "direitos" por contribuir com a sociedade. A classe trabalhadora, também, explicita hoje seus direitos: de água, luz, moradia, terra para plantar e a participação nas decisões, inclusive através de propostas de emendas populares, como a que hoje está no Congresso: A proposta de Emenda Popular para a criação do Fundo Nacional de Moradia, com assinatura de 800 mil eleitores, entregue em Brasília dia 18 de novembro de 1991. Trata-se, sem dúvida, de uma manifestação da sociedade a partir de uma reivindicação específica: a moradia e a gestão dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Isto é, revolucionário, não no sentido tradicional de mudança no modo de produção, mas da participação e da organização da sociedade civil sem os limites de partidos, sindicatos, parlamento, "intelligentsia", governos.

Constituem-se, no processo de organização dos movimentos, sujeitos coletivos, estabelecendo uma comunidade de iguais. Igualdade expressa pela necessidade de um bem ou serviço. Igualdade na forma de organização. Não há uma estrutura organizativa como nos parti-

dos, não há militância formal nem hierarquizada de decisão. Podem, no curso do processo, institucionalizar-se enquanto associações, o que significa a legitimação ou a legitimidade institucional. Mas a estrutura organizativa é diferente dos partidos e sindicatos.

Não significa que para todos os participantes dos movimentos a consciência da pobreza e das formas de organização seja homogênea. Pois, como diz Eder Sader, é necessário compreender a noção objetiva de classe social - dada pelas condições de existência - e a subjetiva - dada pela (re)elaboração cotidiana da organização dos sujeitos implicados (Sader, Eder, 1988).

A constituição dos novos sujeitos coletivos, expressa nos movimentos sociais não atinge a todos os moradores espoliados e/ou trabalhadores explorados. Não basta a situação de pobreza para explicar os movimentos sociais. É necessário que ocorra um processo de desalienação e/ou conscientização da pobreza, ou seja, a forma como a condição objetiva de classe é subjetivamente vivida, cotidiana e continuamente reelaborada.

Os movimentos sociais ganham força como uma forma de alienação e despersonalização crescente. Podem, ou não, contribuir para uma nova visão de sociedade. Mas há, sem dúvida, potencial para esta contribuição.

As condições de moradia da maioria dos trabalhadores urbanos, em todas as cidades do Brasil e mesmo da América Latina, são demonstrativos da pobreza. Porém, a maioria dos moradores, de todas as camadas de classe, consideram a cidade como lugar de todos. A maioria acredita que cada um mora no pedaço da cidade a que tem direito como fruto do seu trabalho. O fetiche da cidade de todos representa, para a maioria, que recebem o que tem direito, na sua condição objetiva de classe. Esta fetichização é explicada por Marx,

"Salário, lucros, juros e renda constituem rendimentos distribuídos ao trabalhador, ao capitalista e ao proprietário, não na imaginação dos agentes, mas na realidade. Ilusória, apenas, é a suposição de que estes rendimentos constituem a remuneração pela participação de cada um deles, em partes iguais,

na criação do produto e do valor..." (citado in Rodrigues, A. M. 1988).

Assim é também na cidade. Todos obtém possibilidade de usufruir da cidade, só é ilusória a suposição de que cada um recebe o "pedaço" da cidade ao que tem direito pelo seu trabalho e salário. O processo de desalienação e/ou conscientização está, assim, também, relacionado ao movimento organizativo dos excluídos, através dos movimentos populares.

Portanto, mais do que saber a finalidade do movimento e nominá-lo de revolucionário ou reacionário, é preciso compreender todas as suas características e analisá-los em sua complexidade, em sua territorialidade, seja no espaço edificado como no espaço das representações e do simbólico.

Detenho-me aqui nas lutas pela moradia e na sua expressão nacional: A luta pela Reforma Urbana destacando que a complexidade das condições de vida na cidade e organização dos movimentos reivindicativos específicos, apresenta como uma luta mais geral - na qual não desembocou linearmente - o Movimento pela Reforma Urbana.

Cerca de 70% da área urbana é ocupada segregadamente e, como sabemos, a terra urbana é suporte de uma atividade, não é um meio de produção como no campo. Sabemos também, que a habitação é uma mercadoria do modo de produção capitalista e insere-se no contexto global da produção de riquezas. Produção e consumo individual ou coletivo.

A distribuição dessas "riquezas" está espacialmente segregada no espaço, não só da moradia. Esta segregação, refere-se tanto ao espaço da riqueza como ao da pobreza. Das 113 milhões de pessoas que moram nas cidades, 20 milhões não tem acesso a água tratada, 75 milhões não dispõem de esgoto, sendo que 90% do esgoto coletado não tem tratamento adequado, 60 milhões não são atendidas por coleta de lixo, sendo que 63% do lixo urbano coletado é jogado em cursos de água e 34% do lixo urbano é jogado a céu aberto.

Apesar das propostas governamentais e da atuação do Sistema Financeiro de Habitação de 1964, estima-se

que o déficit habitacional é de 15 milhões de unidades. A organização, mobilização dos setores sociais excluídos tem explicitado discordâncias sobre as formas de atuação do Estado no Brasil e sobre a forma de distribuição dos recursos. Esta atuação permitiu a criação do Conselho Curador do FGTS com participação das Centrais Sindicais na Bancada dos Trabalhadores.

Há uma diversidade muito expressiva dos movimentos que atuam no urbano: os da saúde: lutam pela obtenção de equipamentos: postos de saúde, hospitais, localizados espacialmente. Se esta reivindicação é atendida, a atuação poderá ser, na sua continuidade, na gestão do equipamento. Da mesma forma os movimentos por escola, creches, ou se referem à necessidade de um equipamento ou, na sequência, à gestão do equipamento. De qualquer modo o uso deste equipamento é, após a conclusão, coletivo ou coletivizado.

No caso da luz, água, e principalmente da moradia são bens de qualidade diferente, pois obtidos estes, a forma de apropriação será individual. Obtido este bem material é comum ocorrer um processo de desativação de um movimento específico. No entanto, outros movimentos se articulam a partir destes.

No caso dos transportes, em geral, há movimentos que lutam pelas tarifas, outros pela qualidade do transporte coletivo, outros por vias de transporte como por estradas, rodovias, asfalto, sinalização, fechamento ou aberturas de vias, etc. Mas o que tem envolvido uma maior dimensão coletiva é a por tarifas mais baixas e por melhoria nos coletivos.

O conjunto dos movimentos de moradia (entendida esta no sentido lato), está desde alguns anos, pelo menos no Brasil, organizando-se nacionalmente. Esta organização resultou o I Fórum Nacional que elaborou e coletou assinaturas para a Emenda Popular da Reforma Urbana no Congresso Constituinte. O II Fórum Nacional discutiu e formulou propostas para as Constituintes Estaduais e Leis Orgânicas Municipais e formulou diretrizes e concepções para a participação nas discussões dos Planos Diretores.

O III Fórum Nacional - novembro de 1991 - discutiu o projeto de lei, denominado de : Estatuto da Cidade,

ora em tramitação na Câmara Federal (já aprovado no Senado) propondo instrumentos de política urbana para que a Função Social da Cidade seja cumprida (art. 182 e 183 da Constituição Federal). Esta discussão teve início em 1983 com o Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano. O debate, com as lideranças nacionais, tem sido em relação aos novos instrumentos para a implantação da política urbana: Direito de Perempção, Solo Criado, Uso Capião Urbano, Imposto Territorial Progressivo no Tempo (sem negar o progressivo no Espaço), Desapropriação por título de Dívida Pública, Política Habitacional com distribuição de recursos da resolução do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -, política de transporte. Além disso, o III Fórum debateu a questão ambiental urbana, pouco aprofundada na ótica dos movimentos populares e ambientalistas. Está em processo de concretização a Central Nacional dos Movimentos Populares, com a criação da Pró Central de Movimentos Populares.

Penso, que a organização dos movimentos populares tem propiciado uma compreensão do fetiche da cidade, um processo de desalienação com a elaboração de novas matrizes discursivas e a consciência de que o atendimento da necessidade é um direito e não uma doação do Estado ou dos setores dominantes. Trata-se da constituição de novos sujeitos coletivos que tem sido extremamente importante e auxiliado na constituição de lideranças que compreendem o significado das lutas mais gerais como necessárias para as conquistas específicas. Os movimentos sociais são explicitações do movimento histórico da sociedade, da dessacralização da política.

Considero que nós, geógrafos, temos uma importante e imensa tarefa pela frente. A de conhecer as formas pelas quais os movimentos sociais atuam na produção do espaço urbano - strito senso - no sentido das construções mesmo (favelas, ocupações, escolas, creches, mutirões), e no lato senso - o espaço da mobilização, que tem na cidade, como já dito, o lugar privilegiado de expressão.

Se a produção espacial dos agentes/promotores "tipicamente capitalistas" (re)define a cidade, (por

exemplo com a construção de Shoppings Centers) a atuação dos movimentos nos seus embates específicos, em cada lugar, mas principalmente nas suas lutas por novas regulamentações na legislação do uso e ocupação do solo, também (re)define o espaço das e nas cidades. A compreensão da globalidade da produção espacial urbana deverá, necessariamente, levar em consideração todos os agentes promotores da cidade e da cidadania.

Parte dessa tarefa é compreender que os movimentos populares tem sido um caminhar paralelo e contraditório com partidos políticos e com políticos - mesmo sem expressão partidária -, com a igreja, com governos locais e nacional e tem apresentado períodos de recrudescimento e refluxos. Nos períodos de recrudescimento ganham as ruas, praças, gabinetes, nos de refluxo, que é o período que atravessamos neste início da década de 90, dão a impressão de não haver participação da sociedade civil organizada no processo decisório ou no construtivo urbano. Como os projetos das edificações tem um processo de gestação (entre 2 a 3 anos dependendo da conjuntura e da legislação edilícia) até ser visível nos fixos, os movimentos populares também podem gestar suas propostas sem visibilidade pública, mas estão contribuindo, também, com uma mudança de valores da sociedade. Podemos, enquanto geógrafos, contribuir para analisar o que muda na produção espacial face ao movimento da sociedade.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Castels, Manuel - Cidade, Democracia e Socialismo - Paz e Terra - 1980.
- Coraggio, Jose L. "Pesquisa Urbana e Projeto Popular" in Espaço e Debates nº 26 - 1989.
- Hartmut, Karner - "Movimentos Sociais: Revolução no Cotidiano" in Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul - Brasiliense - 1987.
- Lipietz, Alain - As Crises do Marxismo - in Novos Estudos CEBRAP - Julho de 1991.
- Lefebvre, H. Espacio y politica - Ediciones Peninsula, 1976.
- Paoli, Maria Célia - "As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero in Novos Estudos CEBRAP, nº 31, 1991.
- Pradilha, Emilio - "Autoconstrucción, Explotación de la Fuerza de Trabajo y Politicas Del Estado en América Latina" in Seleção de textos 12 - AGB.
- Rodrigues, A. M. Na procura do Lugar o Encontro da Identidade - Um Estudo do Processo de Ocupação Coletiva de Terra para Moradia - Tese de Doutorado - USP - FCLCH 1988 - SP.
- Sader, Eder - "Protesto sem Juízo" - in Revista Desvios, agosto de 1983.
- Sader, Eder - Quando novos personagens entraram em cena - Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - Ed. Paz e Terra - 1988.



UMA LEITURA DA ECO-92* Novas Práticas e Novas Matrizes Discursivas?

Arlete Moysés Rodrigues
Deptº de Sociologia - UNICAMP

Trataremos sob o título ECO-92 os eventos: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD ou Rio 92 - e o Forum das Organizações Não Governamentais e os Movimentos Sociais - Forum Global -, que ocorreram simultaneamente em junho de 1992 no Rio de Janeiro- Brasil.

É através destes eventos que dirigimos a leitura, para considerar se há ou não novas matrizes discursivas na relação da Sociedade com a Natureza. Uma leitura que pela diversidade de aspectos será realizada através de um caleidoscópio, onde a cada movimento, os fragmentos se reúnem de modo diferente e aparecem sob novas formas, dependentes do movimento e do olhar. São leituras possíveis que não negam outras leituras e interpretações. Nesta leitura foram incorporadas as realizadas por vários atores e autores.

Os dois eventos guardam diferenças, diversidades. A Conferência das Nações Unidas reúne Chefes de Estado e/ou seus representantes para tratar de assuntos que dizem respeito a normas internacionais. O Forum Global reúne a Sociedade Civil organizada em ONGs e movimentos sociais.

(*)Apresentado no Encontro Internacional - Novo Mapa Mundi - USP - SP, 8/1992

Os dois eventos guardam também semelhanças, pois caracterizam um momento de encontro para a discussão e apresentação de propostas visando uma nova relação da Sociedade com a Natureza.

Abordamos, inicialmente a CNUMAD, destacando alguns aspectos comparativos entre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em 1972 em Estocolmo e a de 1992 realizada no Rio de Janeiro.

A Conferência de 1972 teve como eixo "a busca de soluções técnicas para as desigualdades sociais e econômicas entre os povos do primeiro e do terceiro mundo; a crise dos combustíveis fósseis; os índices de poluição e a preocupação com a possibilidade de escassez de recursos". O Lema do Encontro é "Uma Só Terra" baseado, no livro de Bárbara Ward y René Dubós, que situava e insistia em que as necessidades humanas deveriam ser satisfeitas ao mesmo tempo que não se comprometia as necessidades de gerações futuras.

Havia duas propostas contraditórias para atingir estes objetivos, uma que ressaltava que o crescimento econômico deveria ser realizado a qualquer custo, pois só assim se eliminariam as desigualdades econômicas e sociais entre o primeiro e o terceiro mundo. Esta proposta era defendida principalmente pelos representantes dos países do terceiro mundo. A outra proposta é a do crescimento zero - defendida pelo Club de Roma -, portanto, por representantes dos países do primeiro mundo. Ressaltavam estes, que qualquer crescimento econômico e populacional comprometeria, ainda mais, os recursos ambientais e que portanto dever-se-ia manter os níveis de crescimento e desenvolvimento já alcançados.

Este debate permeou a Conferência de Estocolmo e como um dos resultados foi estabelecido o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Amplia-se também, a partir de 1972, a organização da sociedade civil em movimentos ambientalistas e/ou ecologistas.

Em 1987, é concluído o Relatório Brundtland, conhecido sob o título de "Nosso Futuro Comum". As idéias contidas no relatório são consideradas um meio termo entre as propostas de crescimento a qualquer custo e o crescimento zero. O Desenvolvimento Susten-

tável será a base da Conferências de 1992, caracterizado como "um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até num futuro longínquo" (Nosso Futuro Comum-Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Ed. FGV - 1991 - 2ª edição).

Na convocatória da Rio 92, afirma-se que esta foi organizada

"para examinar estratégias de desenvolvimento, acordos e compromissos específicos de governos e agências governamentais, sobre atividades definidas em matéria de meio ambiente e desenvolvimento, especificando objetivos e prazos e recursos financeiros para a implementação destas estratégias"

Se a Conferência de 1972 realiza-se num país do primeiro mundo, para a qual compareceram 113 países mas muito poucos Chefes de Estados, a Conferência de 1992 realiza-se num país de 3º mundo à qual compareceram mais de uma centena de Chefes de Estado. Se na Conferência de Estocolmo há um debate sobre duas concepções diversas, como o crescimento a qualquer custo (ambiental) ou o crescimento zero, na Conferência do Rio parece haver um consenso sobre o "Desenvolvimento Sustentável".

São, portanto, diferenças fundamentais para se pensar os ECOS DAS ECOS, durante o período de 20 anos. E mais ainda, o evento Forum Global, em 1992, que trataremos mais a frente.

O relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - "Nosso Futuro Comum" - pode ser considerado um documento básico - citado em vários documentos governamentais - para a Rio 92. Este relatório aponta que as desigualdades constituem-se no maior problema ambiental da terra e que a pobreza é ao mesmo tempo causa e efeito dos problemas ambientais. Ressalta, também, que para se atingir o Desenvolvimento Sustentável é necessário: "retomar o crescimento econômico; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender as

necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco, incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões". Só assim, afirmam, se atingirá o Desenvolvimento Sustentável considerado como aquele que

"atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades" (Nosso Futuro Comum, op. cit).

Ao final do CNUMAD em 1992, como compreender o processo de negociação e os documentos assinados sobre: Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre Biodiversidade, Protocolo de Florestas, Carta da Terra e Agenda 21, face ao proposto como Desenvolvimento Sustentável? Trazem efetivamente propostas para um processo de mudança, uma reorientação dos investimentos e dos rumos do desenvolvimento tecnológico compatíveis com as necessidades atuais e futuras da humanidade? Evidentemente não se realizou, ainda, uma análise exaustiva destes documentos. Assim, esta leitura é uma reflexão de aspectos da CNUMAD.

Comparando-se, preliminarmente, o expresso na convocatória, e as propostas de Desenvolvimento Sustentável, constatamos que poucas metas foram fixadas e poucos prazos foram estabelecidos e que as alterações, quando aparecem, são pontuais e fragmentárias. Não indicam mudanças sobre concepções de desenvolvimento.

Cabe ressaltar, que a CNUMAD é convocada no período em que conflitos apareciam predominantemente como Leste-Deste (mesmo que os conflitos entre o Norte e o Sul estivessem presentes). O espírito da convocatória é mais "forte" (no sentido de indicar mudanças) que os resultados obtidos. Alteraram-se, evidentemente, as forças políticas no período, a Crise e a Guerra no Golfo - lugar privilegiado de extração de combustíveis fósseis - deixaram evidente mais do que a questão ambiental e o "Desenvolvimento Sustentável", o preço do petróleo. As alterações econômicas e sociais na URSS,

ou melhor, no Leste Europeu, deixam mais evidente o conflito em termos Norte e Sul. Um mundo bipolar com um único modo de produção/destruição da natureza.

Esperavam alguns, que a Conferência do Rio fosse apenas formalizadora de questões previamente discutidas e deliberadas pelos países interessados. Frustrou-se essa espera. Questões importantes, por exemplo, na Convenção sobre Alterações Climáticas, como a fixação de prazo para a redução de emissão de CO2 na atmosfera, foram deixadas para a posteridade. As Convenções sobre Biodiversidade, Florestas e os acordos e as transferências de tecnologias também não avançaram muito. Evidentemente, estas afirmações carecem, como já dissemos, de uma análise aprofundada dos documentos que não foram, até esta data, trazidos a público.

A Carta da Terra, que significaria estabelecimento de princípios e compromissos para a preservação do planeta, transformou-se na Declaração do Rio. Perdeu sua força e expressão enquanto base de acordo internacional.

A Agenda 21, que seria o programa de Ação Global para o Desenvolvimento Sustentável, também não avançou. Parece mais uma carta de boas intenções onde os conflitos e as confrontações estão ausentes. Um ponto considerado importante da Agenda 21 foi a indicação para a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável - a ser definida na Assembléia geral da ONU em setembro próximo - . É possível, também, que os embates fiquem restritos na autonomia ou não da Comissão, na regulamentação dos integrantes e nas formas de participação (ou não) das ONGs.

A seguir, destacamos alguns aspectos sobre a CNUMAD que representam formulações de questões que merecem ser aprofundadas.

Neste final de século XX, vivemos sob o signo da hegemonia neoliberal. Nos documentos assinados as responsabilidades são atribuídas aos chefes de governos. São eles (ou seus representantes) os signatários das convenções. Qual será o significado desta responsabilidade ser uma atribuição exclusiva dos governantes? Afinal, com relação à questão ambiental, pelo menos,

de que Estado se trata? Será o Estado a representação política do neo-liberalismo?

Com relação ao conceito de Desenvolvimento Sustentável será na hegemonia neoliberal, o mercado, o definidor das políticas e responsabilidades? Se considerado o mercado o definidor, como se dará a designação e a destinação de recursos para as gerações futuras se estas não estão fisicamente presentes (ainda não nasceram) para expressar suas preferências no mercado? (cf. Juan Martinez Alier e Klaus Schlupman La Ecología y la Economía, Ed. Fondo de Cultura Económica, 1991). Se a atual geração definir o que deverá ser atribuído às gerações futuras não será contraditório com o processo do que é para o próprio mercado considerado desenvolvimento (ou seja produção de mais e mais mercadorias)? Será uma nova forma de domínio do futuro (tal como os pais determinavam no passado o futuro dos filhos)? Com relação ao mercado, cabe ainda destacar, que este não prevê mudanças paradigmáticas (Cristóvam Buarque in Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente). Os empresários se orientam por um mercado potencial ou real. Como situar o mercado definidor de um novo paradigma de preservação em detrimento do consumo?

Com relação ao deslocamento das questões da Esfera Leste-Deste para a Esfera Norte-Sul, poderíamos pressupor que com o fim da guerra fria será reduzida a produção armamentista e portanto os "perigos" da degradação ambiental? Não foi o que assistimos com os fatos recentes no Oriente Médio.

Além disso, a questão armamentista não foi debatida na Conferência da ONU, muito embora dados da própria ONU demonstrem que, na década de 80, teve um gasto elevado em armamentos em tempo de paz: 5% da renda mundial (um trilhão de dólares) foi gasta em armamentos. Todos sabemos o que esta produção consome em termos de energia fóssil e seu significado para a destruição ambiental.

O deslocamento da questão ambiental para o eixo Norte-Sul, implica num aprofundamento de estudos do que Juan Martinez Alier (op cit) denomina de intercâmbio Ecologicamente Desigual. Um exemplo utilizado pelo

autor refere-se ao aumento da produtividade na agricultura do primeiro mundo pela importação de adubos orgânicos como Guano (exportação do Peru) ou provenientes dos combustíveis fósseis.

Sobre o intercâmbio ecologicamente desigual cabe lembrar que os primeiros movimentos ecológicos que ocorreram no primeiro mundo impedindo a instalação de indústrias poluentes, se não promoveu, foi um fator da instalação destas indústrias nos países de terceiro mundo, das quais um exemplo é a indústria de celulose. Ou ainda, a "exportação" de dejetos.

"Entre 1986 e 1988 mais de 3 milhões de toneladas de dejetos foram enviadas para 15 países do terceiro mundo; das quais mais de 3 mil toneladas eram provenientes de um incinerador da Filadélfia e quase 4 mil toneladas de dejetos tóxicos depositadas nas proximidades de um porto na Nigéria" (José Maria B. Navia - Direito Ambiental - O direito a um ambiente vivível-mimeo s/data).

Com relação ao Desenvolvimento Sustentável e o "equilíbrio" populacional, ou seja, as propostas de Controle de Natalidade, lançamos a hipótese que possivelmente pela pressão exercida, esta proposta não foi abordada na CNUMAD. Será, sem dúvida, uma discussão na Conferência da ONU sobre população que se realizará em 1994. Debater o controle da natalidade ou como, eufemisticamente é tratado, o planejamento familiar, implica também em apontar vários aspectos desde a questão do Estado, na hegemonia neoliberal, intervir na vida familiar e a questão do público e o privado. Parece, na verdade, tratar-se da intervenção na vida cotidiana (na produção e reprodução de homens) ao mesmo tempo que se atribue à iniciativa privada a total liberdade na produção de mercadorias.

Também implica pensar no significado do que é a garantia de um mundo sadio para as gerações futuras, sem levar em conta os "desejos" destas gerações. E mesmo da geração atual, considerando-se a ampla parcela que não tem acesso a mercadorias.

É também necessário analisar o significado do Desenvolvimento Sustentável na questão da população em face das "nacionalidades" e de "classes sociais", pois ao mesmo tempo há propostas de incentivos para a natalidade em países de pirâmide etária velha, como a França e de controle para países de pirâmide etária jovem, como o Brasil. Há, também, que se analisar as pesquisas científicas que podem propiciar a fertilização "in vitro" para uma determinada fração de classe social, enquanto para outras frações trata-se (até) de pesquisas que propõem a limitação da natalidade. Implica, também, em se analisar o "deslocamento" das questões: da possível escassez de alimentos para os problemas ambientais e a escassez de recursos decorrentes do crescimento populacional, como fazem os neomalthusianos.

Estas mudanças no "caleidoscópio" apontam para que pensemos no novo e no velho. Há novas matrizes discursivas sobre os problemas antigos e velhas práticas mas, ao mesmo tempo, no velho está contido o novo. O novo é o velho transformado.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, permitiu, mesmo que esse não fosse seu objetivo, a organização, por parte da Sociedade Civil do Fórum das Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais - O Fórum Global. Trataremos agora de alguns aspectos desta manifestação.

O Fórum Global constitui-se em marco da organização da Sociedade Civil Internacional em relação às questões ambientais, não só porque reuniu 6.800 ONGs de 177 países, com 19 mil participantes, mas também porque este encontro representa a busca de um novo paradigma para a Sociedade e da relação desta com a Natureza.

Caracterizou-se, o Fórum Global, pelo encontro de um grande número de atores sociais: movimento de mulheres, de ambientalistas, de movimentos populares e de intelectuais. Reuniu os denominados movimentos reivindicativos e os libertários. Este encontro significa um salto organizativo dos movimentos sociais e das ONGs.

Significa a criação e a ocupação de um espaço alternativo para a manifestação da Sociedade Civil Organizada. É a primeira vez na história da humanidade que um evento desse tipo acontece. Evento esse que significa, além dos protestos pelo modelo de Desenvolvimento adotado no mundo, projetos de participação e de conscientização e de mudanças paradigmáticas. A declaração final das ONGs destaca

"...tomamos consciência da contradição existente nesse modelo de civilização dominante iníquo e insustentável, construído sob o mito do crescimento ilimitado e sem levar em consideração a finitude da Terra. Entendemos, por isso, que a salvação do planeta e de seus povos, de hoje e de amanhã, requer a elaboração de um novo projeto civilizatório, fundado sob uma ética que determine e fundamente limites, prudência, respeito à diversidade, solidariedade, justiça e liberdade ...

Para a Sociedade Civil, acima de tudo, fica um saldo positivo: depois da Conferência Rio 92, torna-se impraticável para os governos e organismos multilaterais decidir nosso futuro sem ouvir nossas vozes. Apoiados sobre esta nova consciência e sobre a nossa autonomia, lutaremos para que os Estados, essas instâncias internacionais e a própria ONU se democratizem. Lutaremos pela participação ativa dos cidadãos nos diversos mecanismos de decisão e controle de suas políticas..." (ONGs - Rio, 1992).

Mais do que meras declarações de princípios as ONGs e os Movimentos Sociais presentes no Fórum Global, elaboraram e assinaram 32 Tratados com propostas de ações conjuntas a alternativas para questões como dívida externa, educação ambiental, biotecnologias, agricultura, questão urbana, nuclear, manejo dos resíduos tóxicos, etc.

Os temas debatidos extrapolaram as questões propostas pela CNUMAD. Um exemplo é a Questão Urbana. O

Forum Brasileiro da Reforma Urbana, constituído pelos Movimentos Populares e por ONGs, junto com o HIC - Habitat International Coalition - e a FCOC - Frente Continental de Organizações Comunales - organizaram O Forum Internacional da Questão Urbana, tema ausente da Conferência da ONU. Representou, o Forum Global, ainda que de forma inicial, a participação dos movimentos sociais na globalidade das questões, e a extrapolação de reivindicações pontuais.

Os Tratados implicam também em compromissos para uma ação conjunta entre as ONGs signatárias, que assumem a tarefa de implementá-los. Constituem também o estabelecimento de efetiva cooperação internacional da Sociedade Civil.

Cabe ressaltar que os Tratados abordam o conceito polissêmico de Desenvolvimento Sustentável, expresso no relatório "Nosso Futuro Comum" de modos diferenciados. Há Tratados que utilizam o termo sem conceituá-lo, outros negam-se a utilizá-lo, outros especificam o que compreendem por este conceito. No entanto, a ênfase mais comum é utilizar o conceito de Desenvolvimento Sustentável no sentido de igualdade, justiça social, preservação da diversidade cultural e de integridade ecológica. Como Sociedades Sustentáveis mais do que como Desenvolvimento Sustentável.

Há assim, nos Tratados do Forum Global, diversidades nas propostas e no entendimento das questões. Mas diversidades que se caracterizam também pela unidade na procura de formas de solidariedade e de mudanças paradigmáticas. Criam-se assim novas práticas e novas matrizes discursivas.

Este amplo processo de mobilização, de organização, de articulação da Sociedade Civil foi detonado a partir da convocação da CNUMAD. Nesse sentido no "velho" (20 anos depois) da organização de uma Conferência da ONU está o novo da Sociedade Civil organizando-se a nível Internacional.

A chamada crise ambiental revela que pode estar em gestão uma nova sociedade. Considerando-se o caráter global dos impactos ambientais, da hegemonia neoliberal, do deslocamento dos conflitos do eixo leste-oeste

para o norte-sul, pode estar em gestação uma nova metáfora espacial e social.

Os fragmentos do caleidoscópio permitiu, além destas, outras leituras. Esta que fizemos traz mais do que certezas, indagações sobre a (re)construção da Sociedade Sustentável nas suas semelhanças e nas suas diferenças. Permite um (re)pensar do novo Mapa Mundi, não só a partir das globalizações dos Governos e da produção, mas da Sociedade Civil.







NOME: _____
NAME: _____

ENDEREÇO: _____
Address: _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA.**

Non-acknowledgment of receipt will indicate that
further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13.081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342
Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327
Correio eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br